



TECNOLOGIA SOCIAL DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PARA MINORÍAS ÉTNICAS NO ENSINO SUPERIOR

Nayra Hevily De Oliveira Silva¹

Daniele Jesus Negreiros²

James Ferreira Moura Junior³

RESUMO

A violência é um conceito polissêmico e complexo que faz parte da sociabilidade da realidade brasileira e deve ser analisado de forma estrutural e psicossocial. Atravessa de forma mais contundente a vida de determinados grupos sociais, a depender dos marcadores de raça, de classe e de gênero, produzindo historicamente desigualdades sociais, políticas e econômicas. Este projeto de Iniciação Tecnológica tem como objetivo geral: produzir uma Tecnologia Social de Promoção de Direitos Humanos para minorias étnicas no Ensino Superior. Nesse sentido, os objetivos específicos são: a) analisar as relações entre violência estrutural, direitos humanos e processos de cura nos discursos de jovens universitários subalternizados de minorias étnicas no Brasil; b) construir uma Tecnologia Social de Promoção de Direitos Humanos para minorias étnicas no Ensino Superior; c) avaliar o impacto da Tecnologia Social de Promoção de Direitos Humanos para minorias étnicas no Ensino Superior. Desse modo, o método se caracteriza por um delineamento metodológico de caráter qualitativo, tipo pesquisa-ação participante crítica que utilizará como procedimento para a produção de sentidos, as observações e conversas no cotidiano, os grupos de discussão no formato de oficinas e as entrevistas semiestruturadas, tendo como principais interlocutores jovens universitários de minorias étnicas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Os registros serão efetuados por meio de audiogravação e diários de campo, com as devidas autorizações. Após a transcrição de todo o corpus textual produzido, o material será analisado e categorizado pelo software Atlas.ti e, em seguida, o corpus textual será tratado pelo software IRAMUTEQ. Nesse sentido, espera-se que esta tecnologia social atue na redução dos impactos da violência estrutural em jovens de minorias étnicas.

Palavras-chave: Tecnologia Social; Direitos Humanos; Indígenas; Quilombolas.

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Humanidades, Discente, nayrahevily@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade Federal do Ceará (UFC), Humanidades, Discente, danielejn@gmail.com²

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Humanidades, Docente, james.mourajr@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

A violência enquanto categoria teórica transversal a esse estudo, se expressa como conceito polissêmico e complexo que faz parte da sociabilidade brasileira e deve ser analisado de forma estrutural e psicossocial (Dutta, Sonn, & Lykes, 2016). Atravessa de forma mais contundente a vida de determinados grupos sociais, a depender dos marcadores de raça, de classe e de gênero, produzindo historicamente desigualdades sociais, políticas e econômicas, por isso, é preciso traçar estratégias de reparação ao lado daqueles diretamente afetados (Martín Baró, 2017). Nesse sentido, o processo de cura para as consequências das violências e das violações de direitos humanos dos grupos historicamente subalternizados é imprescindível para o desenvolvimento mais justo e igualitário da realidade brasileira. Para isso, a Psicologia poderia atuar como aliada, mas tem se pautado ao longo dos anos em ações geralmente individualistas, focadas no âmbito clínico e sem levar em conta perspectivas interseccionais. Dessa maneira, a violência e a violação de direitos humanos contra os mais pobres, as mulheres, as pessoas não brancas e os indivíduos de sexualidade dissidentes constituem a realidade de distintas sociedades. Tendo em vista que as pessoas marcadas por estigmas são desumanizadas (Goffman, 1963) e suscetíveis à morte e ao extermínio (Mbembe, 2017), o filósofo camaronês analisou o mundo contemporâneo a partir da experiência negra, argumentando que a visão atualmente construída sobre negro tem origem na construção do sistema escravista e colonial. Desse modo, a conceituação do negro trata-se de uma categoria social que é frequentemente atrelada aos termos escravizado e raça (Mbembe, 2014). E então, raça e racialização aparecem como sinônimo do povo preto, pois os brancos não se racializam. A identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais que vai colaborar para a reprodução do preconceito racial. Assim, a estigmatização das trajetórias coletivas são alvos da violência histórica (van der Merwe & Lykes, 2018) que foram institucionalizadas no sistema político neoliberal, constituindo a base para o desenvolvimento da violência contra certos indivíduos, quase sempre, negros, pobres e jovens (Moura Jr., Almeida Segundo, & Barbosa, 2019). A violência está embutida na estrutura e se mostra como poder desigual e, consequentemente, como oportunidades de vidas desiguais (Galtung, 1969, p. 39). Se aceitarmos que a fórmula geral da violência estrutural é a desigualdade, sobretudo na distribuição do poder, então isso pode ser medido; e a desigualdade parece ter uma alta capacidade de sobrevivência e adaptação, apesar das tremendas mudanças em outros lugares. Destarte, é compreensível que uma agenda política conservadora possa intensificar as violações dos direitos humanos e fazer permanecer a violência estrutural, como ocorreu no governo de Jair Bolsonaro no Brasil (Souza & Sitcovsky, 2020). São práticas expressas nos discursos e nas ações que desmantelam os direitos civis e as políticas sociais. Ademais, a fome e as desigualdades econômicas são negligenciadas sob constantes ameaças à democracia, promove-se o ódio, cria-se a desinformação e a negação à ciência. Contudo, mesmo com o avanço das políticas afirmativas, os negros continuam sendo alvo de preconceito e de discriminação, agravados pela intersecção com outros marcadores de diferença (Akotirene, 2019; Grzanka, 2018). Assim, o processo de reconhecimento e de reparação deve apontar especificamente o lugar, para o branco, da percepção de sua branquitude e para o não branco, do processo de vivência do racismo (Grosfoguel, 2019).

METODOLOGIA

Desta forma, foi proposto a aplicação da tecnologia social em formato de pesquisa-ação junto aos estudantes universitários de minorias étnicas na UNILAB, entendendo a universidade como um espaço em que também emergem as problemáticas sociais e o problema delimitado neste projeto. A pesquisa-ação propõe-se a



reconhecer a indissociabilidade entre teoria e prática e também entre pesquisador(a) e participantes, sendo um método participativo que reconhece o processo de investigação imbricado com a atuação prática, desenvolvida dentro e a partir do contexto social dos(as) participantes (NOFFKE, ROBERTS, 2015).

Técnicas e procedimentos participativos:

Considerando este processo de pesquisa-ação realizado, entendemos que o primeiro passo de Identificação do problema é a contratualização (GÓIS, 2004). Sendo a construção de diários de campo essencial para a memória das etapas percorridas (MONTERO, 2006). Assim, tem-se como fim a explicação da situação, a relação dos participantes, a cronologia dos eventos, o registro de conversas e outras interações verbais e a descrição dos comportamentos e das interações. De forma participativa, foram identificadas as estudantes que desejaram participar das oficinas de fortalecimento de promoção de direitos humanos. A primeira consistiu em um grupo focal, a ser realizado de forma virtual. Os grupos focais constituem uma técnica de pesquisa qualitativa com foco no processo de produção de sentidos de forma grupal. O grupo focal funciona como uma entrevista qualitativa semiestruturada, mas utilizada a nível coletivo com as especificidades e as qualidades das interações grupais (KIND, 2004). Dessa maneira, o Grupo Focal é realizado a partir da elaboração de um roteiro e questões vinculadas à temática investigada. Essas questões são formuladas a partir da revisão de literatura científica sobre promoção de direitos humanos. Os grupos são organizados com a presença de um moderador que mediará a discussão e realizará os questionamentos de forma mais democrática e ética possível. Também, esteve presente um observador que analisou a dinâmica de realização do grupo, assim como as temáticas abordadas a partir da elaboração de diários de campo (ROSO, 1997). A gravação foi transcrita, almejando a preservação das autorias das falas e dos conteúdos emitidos. Além disso, foi aplicada uma técnica quantitativa de levantamento, construindo também um método quase experimental de pré e pós-teste (CRESWELL, 2010). Foi elaborado um questionário que não traz danos às pessoas e que seja de fácil aplicação (GÜNTHER, 2003). Este tipo de investigação almeja abordar diferentes categorias, conceitos e variáveis por meio de um instrumento que seja preciso e rápido em sua aplicação (FOWLER JR., 2011). As variáveis estão relacionadas à amostra pesquisada e aos objetivos da pesquisa (GÜNTHER, 2003). A Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS) é composta por 29 itens, distribuídos em dois fatores método de extração dos eixos principais com rotação oblimin (Siqueira, 2008). Na perspectiva de satisfação global com a vida, é utilizado o Índice de Bem-Estar Pessoal (Personal Wellbeing Index). Este índice tem o objetivo de mensurar a satisfação global com a vida a partir de âmbitos específicos, portando significativos índices de validade, replicabilidade e composição, como o Alfa de Cronbach de 0.85. Importante situar que as participantes da pesquisa foram mulheres estudantes universitárias que vivenciam situações de opressão moradoras das seguintes localidades: Acarape, Redenção e Barreira, todas situadas no Maciço do Baturité, estado do Ceará. Estas localidades foram escolhidas, considerando a proximidade com os campos da Universidade da Integração da Lusofonia Brasileira (UNILAB). Durante um período de três meses, foi desenvolvida considerando os seguintes aspectos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS): igualdade de gênero e redução das desigualdades; fortalecimento de pessoal.

Participantes:

Os critérios para participação na pesquisa de produção da tecnologia social a princípio eram: estudantes universitários indígenas, quilombolas e ciganos, ter vivido ao menos cinco anos nas comunidades em condição de pobreza; ter a idade mínima de 18 anos; aceitar participar da pesquisa; e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Entretanto, a pesquisa se consolidou apenas no grupo focal, na qual, foram entrevistados estudantes homens negros e mulheres negras; homens brancos e mulheres brancas.

Os grupos foram realizados no contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) em Redenção Ceará no Maciço de Baturité. Em suas características mais territoriais,



segundo IPECE (2016), o Maciço de Baturité compreende um perímetro de 3.707,26 km² com 230.523 mil habitantes em 2010. Assim, distribui-se da seguinte maneira: a urbana com 112,217 mil habitantes e a rural com 118,306. O grupo etário de maior predominância é a de 15 a 64 anos que compreende 63,85% da população. Segundo o IPECE (2016) Maciço de Baturité é composto de 13 cidades: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Análises realizadas:

Os grupos focais e os diários de campo foram analisados por meio de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2010), esta análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos. Neste estudo, utiliza-se a análise categorial. Primeiramente, foram definidas categorias dedutivas, mas igualmente a análise está aberta a categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição. Assim, o compromisso ético da pesquisa está baseado na minimização dos prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para esses indivíduos e para sociedade (GIBBS, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da pesquisa, a partir das entrevistas dos grupos focais, foi possível criar um modelo de programa de intervenção, a partir das demandas analisadas das entrevistas dos estudantes, na qual, o programa tem como intuito fazer o levantamento das necessidades dos e das estudantes, visando os seus direitos, mas também buscando a inclusão, a melhoria da vivência universitária e também reivindicando direitos humanos básicos para uma formação digna. Logo, o programa, tem como alicerce, pautas principais mas também, pontuais, que vai do direito aos auxílios de maneira melhor distribuída, a eventos que possam promover a integração de todos os estudantes, pautas como a saúde como o uso da medicina tradicional, para ser implementada na universidade, buscando dar assistência aos estudantes que trabalham e usufruem dessa medicina. O programa de intervenção tem como objetivo ser implementado na universidade, mas também, seria um trabalho que estaria em movimento, pois sabemos, que existem várias pautas estudantis que ainda precisam ser analisadas, revistas e também transformadas. A vista disso, as entrevistas prévias com os grupos focais na qual, contemplou na execução dessas análises e no resultado.

CONCLUSÕES

Foi de muita importância o projeto para afirmação dos direitos humanos dos estudantes, pois, atualmente, faltam recursos da própria universidade para oferecer um espaço de escuta aos estudantes, concluindo que, para as demandas colocadas no projeto serem efetivadas, é necessário um maior apoio da universidade para com a comunidade acadêmica, pois, assim, o programa de intervenção também seria um caminho para um processo de cura, visto que, a universidade pode ser adoecedora, então, precisamos de caminhos para que esses problemas possam ser sanados, acreditando que, os direitos humanos dos/das estudantes, possam ser de fato, levados em consideração na universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento



da pesquisa intitulada "TECNOLOGIA SOCIAL DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PARA MINORÍAS ÉTNICAS NO ENSINO SUPERIOR", executada entre 01/09/2023 a 31/08/2024), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab. Agradecemos também aos colaboradores que concederam as entrevistas para a realização do projeto e a confiança nesta realização, a pesquisa sendo um importante caminho na educação.

REFERÊNCIAS

Adams, G., Dobles, I., Gómez, L. H., Kurtiş, T., & Molina, L. E. (2015). **Decolonizing Psychological Science: Introduction to the special thematic section.** *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 213-238. <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.564>.

Akotirene, C. (2019). **Interseccionalidade.** Pólen Produção Editorial LTDA.

Mbembe, A. (2014). **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona.

Martín-Baró, I. (2017). **A violência na América Central: uma visão psicossocial.** IN: Martín- Baró. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais.** Petrópolis: Vozes, 286-311.

Martín-Baró, I. (2011). **Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana.** In: Guzzo, R. S. L. & Lacerda J. F. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação** (pp. 199-220), 2 ed. Campinas, Brasil: Alínea.

Mayorga, C. (2013). **Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas.** *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18, 343-350.

Mayorga, C., & de Souza, L. M. (2012). **Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco.** *Revista psicologia política*, 12(24), 263-281.

Mignolo, W. (2012). **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking.** Princeton: Princeton University Press.

Montero, M. (2006). **Hacer para transformar.** Editorial Paidós SAICF.



Mountian, I., Rosa, M. D., & Catroli, V. (2017). **Pesquisas críticas em psicologia**. Revista Psicologia Política, 17(40), 429-430.

Moura Júnior, JF, Cidade, EC, Ximenes, VM, & Sarriera, JC (2014). **Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial**.

Moura Jr., J. F., Barbosa, V. N. M.; Lima, A. A. S.; Vasconcelos, F. F. P. & Ramos, T. O. (2020). **Interseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza**. In: Barros, J. P. P., Antunes, D. C. & Mello, R. P. (org.). Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos. (pp. 211-229) Fortaleza: Imprensa Universitária.

Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. D. S. S., & Bomfim, Z. Á. C. (2019). **Psicologia e contextos rurais no brasil: interlocuções com a psicologia comunitária**. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, 53(2), 140-154.

Moura Jr., J.F., de Almeida Segundo, D. S., & Barbosa, V. N. M. (2019). **The Stigmatization of Poverty as a Basis of the Class Prejudice and Its Psychological Consequences**. In: Ximenes, V. M., Moura Jr., J. F., Cidade, E. C., & Nepomuceno, B. (eds) **Psychosocial Implications of Poverty: diversities and resistances**. (47-57). 1. ed. Cham Switzerland: Springer. doi: https://doi.org/10.1007/978-3-030-24292-3_4

Moura Jr, F., Rebouças Júnior, F. G., Alencar, A. B., Porto, S. M. O., Kariny, A., Pinho, A. M. M. & Sousa, A. K. G. (2014). **Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una experiencia en una comunidad de Brasil**. Psicoperspectivas, 13(2), 133-143.

Moura Jr, J. F., & Sarriera, J. C. (2020). **Vergonha e Humilhação Relacionadas com a Estigmatização da Pobreza: Um Estudo Qualitativo**. Revista de Psicologia da IMED, 12(2), 108-125.

Moura Jr, J. F., & Ximenes, V. M. (2016). **A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora**. Fractal: Revista de Psicologia, 28, 76-83.

Moura Jr, J. F., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2013). **Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil**. Revista de Psicologia, 22(2), 18-28.

Negreiros, D. J., Gomes, I. D., Colaço, V. D. F. R., & Ximenes, V. M. (2018). **Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes**. DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud, (18), 20-33.

